



Moção

Sobre as medidas necessárias para as pessoas em situação de sem-abrigo e o projeto do Centro Intergeracional para o antigo Hospital Militar de Belém

O crescente número de pessoas em situação de sem-abrigo tem sido um dos problemas que têm vindo a ganhar peso na cidade de Lisboa. Para usar o conceito definido pela Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e pela Rede Social de Lisboa, considera-se pessoa em situação de sem-abrigo aquela que «independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontra sem teto, vivendo no espaço público, alojado em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito».

Esta definição inclui, tanto as pessoas que estão sem casa (em centros de alojamento temporário, em alojamentos específicos para pessoas sem casa ou em pensões ou quartos pagos pelos serviços sociais) como aquelas que estão sem teto (a viver na rua ou em espaço público, como jardins, passeios, paragens de autocarro, estações de comboios, sob pontes, em barracas, em carros, etc.).

Em Lisboa, viviam, segundo dados de 2022 (que constam do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030), 3138 pessoas em situação de sem abrigo, das quais quase 400 sem teto. Salientamos alguns dados:

- 3 em cada 5 pessoas em situação de sem-abrigo são portuguesas, mas o peso dos cidadãos estrangeiros naqueles que estão em situação sem teto é maior, representando quase metade;
- as dificuldades económicas (desemprego, precariedade, insuficiência financeira de várias ordens, despejos ou desalojamentos, ausência de suporte familiar) são o fator mais preponderante, representando sensivelmente 40% das situações, e 50% no caso das pessoas sem teto;
- os problemas de saúde (em particular mental, mas não só) representam 30% do total das situações;
- destaca-se também o peso que tem a dependência de álcool ou de substâncias psicoativas, sensivelmente um quarto do total, e particularmente significativo no caso das pessoas sem teto, representando praticamente um terço;

É evidente que, estando identificadas as principais causas para as pessoas ficarem na situação de sem-abrigo, primeiramente de ordem económica, as soluções terão de passar pela valorização de salários e pensões, pelo combate ao desemprego e à precariedade, por uma política de habitação que combata o aumento dos preços das rendas e dos juros. Tal como os problemas de saúde se combatem com o reforço de meios materiais e humanos no Serviço Nacional de Saúde, e em particular na área da saúde mental, dependências do álcool e de outras substâncias.

Caberá ao Governo encontrar as medidas necessárias para dar essas e outras respostas, destacando-se também o necessário reforço dos meios da Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA), tendo em conta o peso crescente de população migrante nesta situação.



Independentemente disso, a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito da sua ação, deve responder a este problema. O Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030, procurando ser essa resposta, tem evidentes limitações, seja por estar comprometido por falta de recursos, inerentes à falta de investimento; seja porque o plano apresentado deixa para 2030 o maior volume de investimento, deixando que o problema se agrave, em vez de procurar, perante a emergência, uma intervenção urgente e preventiva.

É absolutamente prioritário fazer os investimentos necessários em infraestruturas, investir na criação de Núcleos de Apoio Local (NAL), nomeadamente nas zonas da cidade de grande concentração de pessoas em situação de sem-abrigo, reforçando assim as respostas nestes territórios.

Uma planificação com medidas e metas mais específicas na área da cultura e do desporto, bem como a preocupação com a oferta alimentar e a formação em língua portuguesa (tendo em conta o peso crescente da população imigrante nesta situação), são elementos igualmente estratégicos para apoiar as pessoas em situação de sem-abrigo.

E acrescente-se que o desaparecimento progressivo de instalações sanitárias públicas e a crescente degradação das que persistem, por falta de gestão e manutenção, constitui também um problema. Dispor de uma rede de sanitários públicos é um fator de promoção da saúde pública e de manutenção da higiene e salubridade do espaço público.

Tudo isto exigirá, da parte da Câmara Municipal de Lisboa, investimento. Mas é bom que se esclareça que a Câmara Municipal de Lisboa tem recursos de que está a abdicar, por opção política. A sua política de devolução de IRS aos municípios, que em 2024 prevê devolver 74 milhões de euros, corresponde a mais de dez vezes o investimento previsto no apoio às pessoas em situação de sem-abrigo. E que não fiquem dúvidas: destes 74 milhões de euros, 55% vai para os 10% mais ricos da cidade.

Neste sentido e perante a notícia vinda a público, de dia 4 de junho, da *"possibilidade do Hospital Militar de Belém vir a acolher o novo Centro de Acolhimento Municipal de Emergência para Imigrantes de Lisboa"* torna-se crucial analisar o seguinte:

- a) O Hospital Militar é constituído por dois edifícios independentes, de dimensões consideráveis, sendo que um deles sofreu obras recentemente;
- b) A população da Ajuda há muito que anseia por respostas sociais, nomeadamente a criação de residência para idosos e uma creche, necessidades cujo projeto de Centro Intergeracional defendido para o Hospital Militar, daria resposta, assim fosse efetivamente concretizado, e sobre o qual a CML se comprometeu a dar seguimento.
- c) A urgência de se encontrarem soluções na cidade para resolver o problema que atravessam as pessoas em situação de sem abrigo, portugueses e estrangeiros, é uma necessidade que exige a atenção, a disponibilidade e a coragem de todos para a sua resolução, procurando entregar o mínimo de dignidade a estas pessoas e devolver-lhes condições dignas de vida;

Dito isto, temos de olhar para este problema com seriedade, e sobretudo com vontade de o resolver. Neste sentido, consideramos que todas as declarações proferidas sobre este tema, nomeadamente por responsáveis de cargos públicos, devem primar pelo sentido de responsabilidade e não serem geradores de valores individualistas, devem primar por não acicatar o alarmismo nem contribuir para aumentar uma perceção de insegurança entre a população.



Assim, os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia da Ajuda, na sua reunião de 6 de junho de 2024, delibere:

1. Exigir da Câmara Municipal de Lisboa que estude a possibilidade de compatibilizar as duas necessidades nos dois edifícios independentes, adstritos ao Hospital Militar de Belém, dando uma resposta célere e necessária à questão humanitária das Pessoas sem teto num dos edifícios, bem como dar prioridade à concretização do projeto Intergeracional com o qual se comprometeu e que corresponde aos anseios e necessidades da população da Ajuda, no outro edifício do antigo Hospital;

2. Exigir da Câmara Municipal de Lisboa a requalificação da rede de centros de acolhimento temporário, o investimento nos recursos humanos e materiais necessários ao seu funcionamento, bem como garantir a existência de todas as valências necessárias, de alimentação, saúde física e mental, integração, apoio social e jurídico, bem como a abertura de Núcleos de Apoio Local em zonas da cidade que mais justifiquem; *1 voto contra PSD/EDS 1BE 2PCP 8PS*

3. Exigir da Câmara Municipal de Lisboa o reforço urgente do investimento, no âmbito do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo, financiando equipas de rua de apoio a pessoas em situação de sem-abrigo, promovendo com os próprios soluções de integração, e em parceria com várias instituições, criando oficinas, em ligação com os centros de emprego, no sentido da inserção ou reinserção das pessoas em situação de sem-abrigo; *1 voto contra PSP/CDJ*

4. Exigir da Câmara Municipal de Lisboa o desenvolvimento de políticas de acesso à habitação, desde logo pela oferta pública de habitação, mas também pelo apoio a programas como o Housing First, tirando partido do património municipal que tem; *2 contra PSP/CDJ*

5. Enviar a presente moção à Câmara Municipal de Lisboa, aos partidos com assento na Assembleia Municipal de Lisboa, às diversas entidades identificadas no Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo, bem como disponibilizar, nos termos já aprovados na Assembleia de Freguesia da Ajuda, a presente moção no sítio da Junta de Freguesia.

Lisboa, 6 de junho de 2024

Os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia da Ajuda

Hugo Rodrigues

Sandra Almeida